

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.722 - DF (2012/0113236-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : **ROBERTO BATISTA CINTRA - ESPÓLIO E OUTROS**
REPR. POR : **ELBE VIANNA CINTRA - INVENTARIANTE**
ADVOGADO : **ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR E OUTRO(S) - SP140493**
EMBARGADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **CARLOS RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF008982**
: **MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE - SC015655**
: **MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO, ERRO MATERIAL, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos em face da decisão monocrática de fls. 1.063-1.066, assim ementada:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MANEJADA EM FACE APENAS DE EX-EMPREGADOR. ESTABELECIMENTO, POR DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO, DA NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DA AÇÃO. INTEGRAÇÃO DE ENTIDADE PREVIDENCIÁRIA AO POLO PASSIVO, EM LITISCONSÓRCIO PASSIVO. CONECTIVO LÓGICO E NECESSÁRIO. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA SENTENÇA, PARA PROPICIAR A EMENDA À INICIAL. APLICAÇÃO DO DIREITO À ESPÉCIE. ART. 1.034 DO CPC/2015 E SÚMULA 456/STF. RECURSO ESPECIAL JULGADO PREJUDICADO.

Nas razões recursais, aduzem os recorrentes que o pedido formulado na inicial nada tem a ver com demanda previdenciária.

É o relatório.

2. O artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, claramente prescrevem as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

No caso, como consignado na decisão monocrática ora embargada, invocando o art. 625 da CLT e assinalando estar consolidado no âmbito da Segunda Seção o entendimento de ser da competência da Justiça do trabalho julgar a presente demanda tendo por base convenção coletiva de trabalho (Portaria 966), declarei a competência da

Justiça laboral, determinado a remessa dos autos àquela Justiça especializada - decisão confirmada, em julgamento do agravo interno, pela Quarta Turma.

Fls. 1.058-1.059 - o Min. Presidente do STF, em acolhimento ao recurso extraordinário interposto pelos ora embargante em face da decisão da Quarta Turma do STJ, perfilhou o entendimento de que o Plenário do STF **entendeu compete à justiça comum o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria**, anulando as decisões prolatadas no âmbito desta Corte superior, *in verbis*:

O Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 586.453/SE, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada nestes autos. **O assunto corresponde ao tema 190 da Gestão por Temas da Repercussão Geral do portal do STF na internet e, ao julgar o mérito desse recurso, fixou a seguinte tese: “compete à Justiça comum o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria**, mantendo-se na Justiça Federal do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, todas as causas dessa espécie em que houver sido proferida sentença de mérito até 20/2/2013”.

Diante do exposto, determino a devolução dos autos ao STJ para prosseguir no julgamento do recurso especial, como de direito (al. c do inc. V do art. 13 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Fica prejudicado o recurso de embargos de declaração.

Como dito na decisão ora embargada, em acolhimento ao recurso dos ora embargantes, o Presidente da Suprema Corte estabeleceu o que o litígio corresponde ao Tema 190, e que por isso "competem à Justiça Comum o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência".

Ora, a questão acerca de se tratar ou não de demanda previdenciária encontra-se preclusa, em vista do acolhimento do recurso extraordinário dos ora recorrentes, no qual, contraditoriamente com o que ora aduzem no presente recurso, afirmaram, *in verbis*:

O Supremo Tribunal Federal, já reconheceu a repercussão geral do tema aqui discutido o qual **foi reconhecido pelo tema 190 que discute a “Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.”**, sendo que o tema já foi julgado pelo Recurso Extraordinário 586.453 SE.

Sendo que, no julgamento do Recurso Extraordinário 586.453SE ficou determinado que; “A competência para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar é da Justiça comum, dada a autonomia do Direito Previdenciário em relação ao Direito do Trabalho. Inteligência do art. 202, § 2º, da Constituição Federal a excepcionar, na análise desse tipo de matéria, a norma do art. 114, inciso IX, da Magna Carta”. (fl. 992).

[...]

Além de já ter sido fixado pelo Supremo Tribunal Federal que as ações que visam previdência complementar privada é de

competência da Justiça Comum, a de se consignar que a questão da Competência esta devidamente amparada pelo princípio da segurança jurídica, além do que o direito adquirido é ato jurídico perfeito, conforme garante a Carta Magna em seu artigo 5º do inciso XXXVI: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

[...]

Sendo assim, não há que se falar em Competência da Justiça do Trabalho, tendo em vista que não se trata de dissídio trabalhista, porque não é objeto desta ação a relação empregatícia entre as partes, mas sim, o cumprimento de uma obrigação previdenciária constituída após a extinção do vínculo empregatício , ficando assim determinado que a competência é da Justiça Comum, tendo em vista que não se trata de vínculo trabalhista e sim de Direito Previdenciário. (fls. 992, 999 e 1.003)

Em suma, a par de ser questão preclusa, de todo modo, a questão só poderia ter sido suscitada no âmbito da Suprema Corte.

É bem de ver que a decisão monocrática ora embargada se limita a determinar a emenda à inicial, em vista do acolhimento do recurso extraordinário dos ora embargantes, no qual, a par de expressamente invocarem o tema 190 e aduzirem que "visam previdência complementar privada", expuseram que "não há que se falar em Competência da Justiça do Trabalho, tendo em vista que não se trata de dissídio trabalhista".

Concluiu-se que, em vista do acolhimento, no âmbito do STF, da tese de que a demanda não é trabalhista e de que se amolda ao tema 190, consoante a iterativa jurisprudência do STJ, não se pode simplesmente indeferir a inicial, por força do não preenchimento dos requisitos exigidos nos arts. 282 e 283 do CPC/1973, sem a oportunização da emenda.

Evidente, portanto, a impossibilidade de acolhimento dos presentes aclaratórios, pois devidamente motivada a decisão, além de não ter sido demonstrada a ocorrência de nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil.

3. Ante o exposto, **rejeito os embargos** de declaração.

Publique-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator